

**DESLOCAMENTO E RESISTENCIAS: OS IMPACTOS SOCIOESPACIAIS DA UHE
BELO MONTE NA LAGOA DO INDEPENDENTE I, ALTAMIRA-PA.**

**DISPLACEMENT AND RESISTANCE: THE SOCIO-SPATIAL IMPACTS OF THE
BELO MONTE HYDROELECTRIC POWER PLANT ON LAGOA DO
INDEPENDENTE I, ALTAMIRA-PA.**

**DESPLAZAMIENTO Y RESISTENCIAS: LOS IMPACTOS SOCIOESPACIALES DE
LA CENTRAL HIDROELÉCTRICA DE BELO MONTE EN LA LAGUNA DEL
INDEPENDENTE I, ALTAMIRA-PA.**

Marcio Pereira dos Santos Pereira

Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, Brasil
Mestrando PPGEO, Altamira, Brasil
marciодossantos412@yahoo.com.br
ORCID iD: 0009-0009-9072-4996

Ronicleici Santos da Conceição

Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém Brasil, Pós-
Doc em Geografia, Altamira, Brasil
ronicleicsantos@gmail.com
ORCID iD: 0000-0002-6503-5154

José Antônio Herrera

Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém Brasil
Docente UFPA, Altamira, Brasil
herrera@ufpa.br
ORCID iD: 0000-0001-8249-5024

RESUMO

A cidade de Altamira, no Pará, passou por intensas transformações devido à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), impactando diretamente a população local, especialmente os moradores da Lagoa do Independente I. Essa área, marcada por moradias precárias e ausência de infraestrutura, foi alvo de um processo de remoção forçada, dividido em três etapas. Este artigo analisa a terceira fase da deslocação, corrida entre 2022 e 2023, que atingiu as famílias do entorno da lagoa. O objetivo é compreender as condições de vida pós-deslocamento, investigando desafios, adaptação e mudanças nas relações sociais. A pesquisa utiliza revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas com 19 moradores reassentados, seguindo uma abordagem quali-quantitativa. Os resultados indicam que, embora a remoção tenha sido justificada pela impossibilidade técnica de saneamento, a demora no reconhecimento dos atingidos e as indenizações contestadas intensificaram as dificuldades. A morosidade e as resistências ao deslocamento ampliaram as desigualdades sociais, dificultando o acesso a serviços e oportunidades econômicas. O estudo evidencia que os impactos da UHE Belo Monte não são de curto prazo, mas reverberam no espaço geográfico por períodos prolongados, reforçando a necessidade de políticas públicas eficazes e participativas para garantir direitos urbanos e habitacionais.

Palavras-chave: UHE Belo Monte; Habitações; Deslocamento urbano.

ABSTRACT

The city of Altamira, in Pará, has undergone intense transformations due to the construction of the Belo Monte Hydroelectric Power Plant (UHE Belo Monte), directly impacting the local population, especially the residents of Lagoa do Independente I. This area, marked by precarious housing and lack of infrastructure, was the target of a forced removal process, divided into three stages. This article analyzes the third phase of the displacement, which took place between 2022 and 2023, and affected the families living around the lagoon. The objective is to understand the post-displacement living conditions, investigating challenges, adaptation and changes in social relations. The research uses a bibliographic review, document analysis and semi-structured interviews with 19 resettled residents, following a qualitative and quantitative approach. The results indicate that, although the removal was justified by the technical impossibility of sanitation, the delay in recognizing those affected and the disputed compensation intensified the difficulties. The slow pace and resistance to relocation have increased social inequalities, hindering access to services and economic opportunities. The study shows that the impacts of the Belo Monte hydroelectric plant are not short-term, but reverberate across the geographic space for long periods, reinforcing the need for effective and participatory public policies to guarantee urban and housing rights.

Keywords: Belo Monte Hydroelectric; Housing; Urban displacement.

RESUMEN

La ciudad de Altamira, en Pará, sufrió intensas transformaciones debido a la construcción de la Usina Hidroeléctrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), impactando directamente a la población local, especialmente a los habitantes de Lagoa do Independente I. Esta zona, marcada por la precariedad habitacional y la falta de infraestructura, fue objeto de un proceso de desalojo forzado, dividido en tres etapas. Este artículo analiza la tercera fase del desplazamiento, que se desarrollará entre 2022 y 2023, y que afectó a familias del entorno del lago. El objetivo es comprender las condiciones de vida post-desplazamiento, investigando los desafíos, la adaptación y los cambios en las relaciones sociales. La investigación utiliza una revisión bibliográfica, análisis documental y entrevistas semiestructuradas a 19 residentes reasentados, siguiendo un enfoque cualitativo y cuantitativo. Los resultados indican que, si bien la remoción se justificó por la imposibilidad técnica del saneamiento, la demora en la identificación de los afectados y la compensación disputada intensificaron las dificultades. La lentitud y la resistencia al desplazamiento han incrementado las desigualdades sociales, dificultando el acceso a los servicios y a las oportunidades económicas. El estudio muestra que los impactos de la UHE Belo Monte no son de corto plazo, sino que reverberan en el espacio geográfico durante períodos prolongados, lo que refuerza la necesidad de políticas públicas efectivas y participativas para garantizar los derechos urbanos y habitacionales.

Palabras clave: UHE Belo Monte; Vivienda; Desplazamiento urbano.

Introdução

A cidade de Altamira, localizada no Sudoeste do Pará, passou por profundas transformações territoriais e sociais ao longo das últimas décadas, intensificadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte) desde 2011. Considerado um dos maiores empreendimentos hidrelétricos do Brasil – objeto técnico na linguagem de interpretação geográfica Santos (1996), modificou significativamente a dinâmica urbana do município, impulsionando a expansão de bairros, o aumento populacional e a valorização imobiliária. No entanto, essas mudanças também desencadearam afetações negativas, sobretudo para as populações vulneráveis que habitavam áreas de ocupação irregulares, como os moradores da Lagoa do Independente I, no bairro Jardim Independente I.

Essa lagoa, situada a cerca de 2 km do centro de Altamira, sempre foi uma área historicamente ocupada por famílias de baixa renda, que ali construíram suas moradias em palafitas e casas de madeira. Com a implementação da UHE Belo Monte e as mudanças na dinâmica hídrica e ambiental da região, os problemas socioambientais da lagoa se intensificaram. Entre os principais desafios enfrentados pelos moradores, destacam-se a falta de saneamento básico, a regularidade de doenças, a precariedade das moradias e a crescente vulnerabilidade socioeconômica.

Diante desse cenário, a remoção das famílias da Lagoa do Independente foi realizada em três etapas de deslocamento, sendo que este estudo foca na terceira fase, que envolve os moradores do entorno da Lagoa. Esse grupo passou anos lutando pelo reconhecimento de seus direitos enquanto era atingido pela construção da hidrelétrica, enfrentando processos burocráticos, disputas políticas e a resistência das instituições responsáveis pela remoção. Somente no final de 2022 e início de 2023, após intensa mobilização comunitária e negociações entre a Prefeitura de Altamira e a Norte Energia, a mudança dessas famílias foi finalmente realizada.

A remoção desses moradores, portanto, não foi isenta de desafios. Apesar de ter sido oficialmente justificado pela impossibilidade técnica de implantação de saneamento básico na área, a demora no reconhecimento das famílias como atingidas e as dificuldades na negociação das indenizações geraram conflitos e insatisfações. Muitas famílias consideraram os valores pagos insuficientes para aquisição de novas moradias em áreas estruturadas, sendo forçados a buscar alternativas em bairros periféricos, muitas vezes sem suporte adequado.

Diante desse contexto, este artigo, que é fruto da dissertação de mestrado tem como objetivo compreender as condições de vida das famílias após o deslocamento do entorno da Lagoa do Independente I, analisando os desafios enfrentados durante o processo de remoção, suas estratégias de resistência e as implicações sociais e espaciais dessa mudança. Para isso, o estudo busca responder às seguintes questões: A) Quais foram os impactos socioeconômicos e territoriais da remoção das famílias da Lagoa do Independente I? B) Como os moradores avaliaram as condições de vida antes e depois da mudança? C) De que forma a indenização recebida influenciou na escolha e adaptação das novas moradias? D) Quais estratégias de mobilização foram empregadas pelos moradores na luta pelo reconhecimento como atingidos pela UHE Belo Monte?

Para responder a essas questões, a pesquisa desenvolveu uma abordagem qualiquantitativa, baseada em dezenove entrevistas semiestruturadas com os moradores reassentados, análise documental de relatórios oficiais e revisão bibliográfica. A partir dos dados coletados, o estudo busca contribuir para o debate sobre os impactos de grandes empreendimentos na Amazônia, evidenciando as desigualdades socioespaciais e os desafios da urbanização em regiões de ocupação irregular.

Assim, compreender o processo de deslocamento das famílias da Lagoa do Independente permite refletir sobre o direito à cidade e os desafios enfrentados pelas populações diante de grandes projetos de infraestrutura, bem como contribuir para futuras discussões sobre políticas públicas que garantam reassentamentos mais justos e socialmente inclusivos.

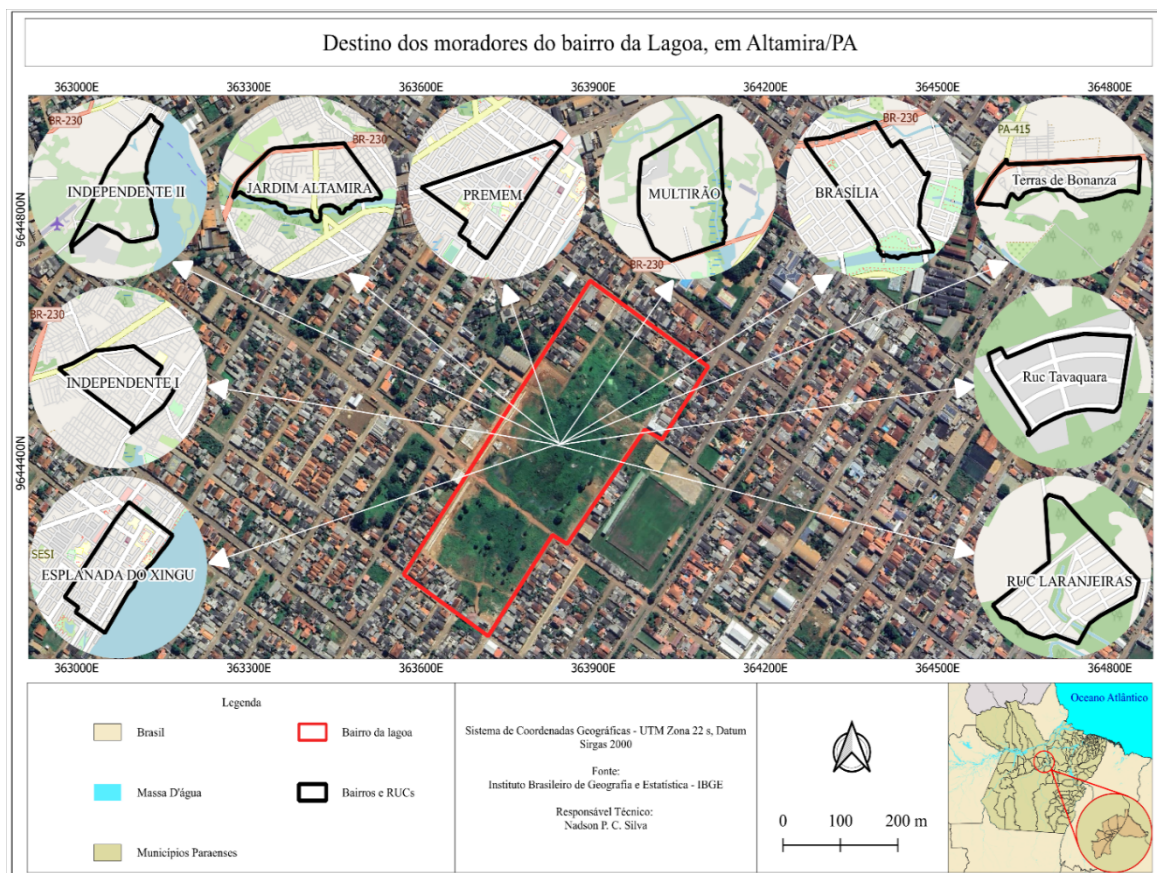
Metodologia

O presente artigo, embasa-se em uma reflexão síntese da dissertação, a qual utiliza-se a abordagem qualitativa e quantitativa para compreender as condições de vida dos moradores após o deslocamento do entorno da Lagoa do Independente I, em Altamira-PA. O estudo baseia-se no método materialista histórico e dialético, permitindo analisar criticamente o contexto das transformações socioespaciais decorrentes da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, intensificando as mazelas sociais e os modos de vida das famílias que residiam na Lagoa do Independente I.

Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica de trabalhos acadêmicos que abordam a temática da Lagoa do Independente I e os impactos da construção da hidrelétrica, com destaque para a dissertação de Estronioli (2021), a qual realizou sua dissertação tendo como lócus de pesquisa essa região. Também foram consultados documentos oficiais da Norte Energia e da Prefeitura Municipal de Altamira, como relatórios institucionais e estudos ambientais, afim de embasar a discussão de cunho técnico e acadêmica.

Além dessas etapas, uma pesquisa de campo foi conduzida entre novembro de 2023 e janeiro de 2024 e incluiu a aplicação de 19 entrevistas semiestruturadas com moradores que foram deslocados da Lagoa do Independente I para outros bairros, conforme pode ser observado na Figura 01 a seguir, a qual indica os novos locais a qual esses moradores da lagoa se destinaram a após o deslocamento.

Figura 01: Destino dos moradores que moravam no entorno da Lagoa.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Técnico responsável: Silva, 2024

Os entrevistados foram selecionados a partir do cadastro controlado pela Associação do Bairro AMBAJI e pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a qual foram duas organizações que muito ajudaram no reconhecimento inicial dos moradores, pois lideraram o processo de reconhecimento dos atingidos pela hidrelétrica nos trâmites legais. As classificações de seleção priorizaram os responsáveis pelos imóveis cadastrados, de forma a obter relatos consistentes sobre as condições de vida antes e após o deslocamento às novas habitações.

Para tal abordagem de análise, os instrumentos de coleta de dados incluíram formulários semiestruturados e entrevistas abertas, com perguntas direcionadas às experiências dos moradores antes, durante e após o deslocamento. As entrevistas foram gravadas, transcritas e analisadas para identificar padrões de narrativas e discrepâncias entre os relatos dos moradores e as justificativas institucionais dos órgãos responsáveis pelo deslocamento.

A análise dos dados foi conduzida de forma quantiqualitativa. Para a análise quantitativa, foram utilizadas técnicas de estatística descritiva (Gil, 2007), com a construção de tabelas e gráficos que sintetizaram os dados encontrados. Já a análise qualitativa envolveu a categorização dos relatos dos entrevistados, destacando os principais desafios enfrentados pelas famílias e suas estratégias de adaptação às novas condições de moradia.

É importante destacar que no terceiro processo, como se denomina, em razão da ocorrência duas outras retiradas de famílias, anteriormente dessa região, constataram-se a partir das entrevistas da Associação do Bairro e a partir de informações em relatórios da Prefeitura, que a mesma ainda tinha um contingente de 97 imóveis localizados ao seu entorno, totalizando aproximadamente 370 famílias. No entanto, em diversas inserções em campo, constatou-se que, em muitos desses imóveis, residiam de duas a cinco famílias, cada uma com três a cinco membros, incluindo agregados e parentes que saíram da zona rural. Esse contexto de alta densidade populacional influenciou diretamente as condições socioeconômicas e os impactos no processo do deslocamento.

Contudo, a metodologia adotada contribuiu para um entendimento das transformações urbanas e sociais vivenciadas pelos moradores da Lagoa do Independente I. Os dados encontrados evidenciaram que a remoção das famílias ocorreu somente entre o final de 2022 e início de 2023, após um longo período de negociações e reconhecimento tardio dos direitos das famílias atingidas. O estudo, contribui para a compreensão dos impactos sociais e territoriais de hidrelétricas na Amazônia e fornecer reflexões à construção de políticas públicas mais eficazes na mitigação dos efeitos da mudança introduzida por esses objetos técnicos.

O contexto do deslocamento das famílias da Lagoa do Independente I em Altamira

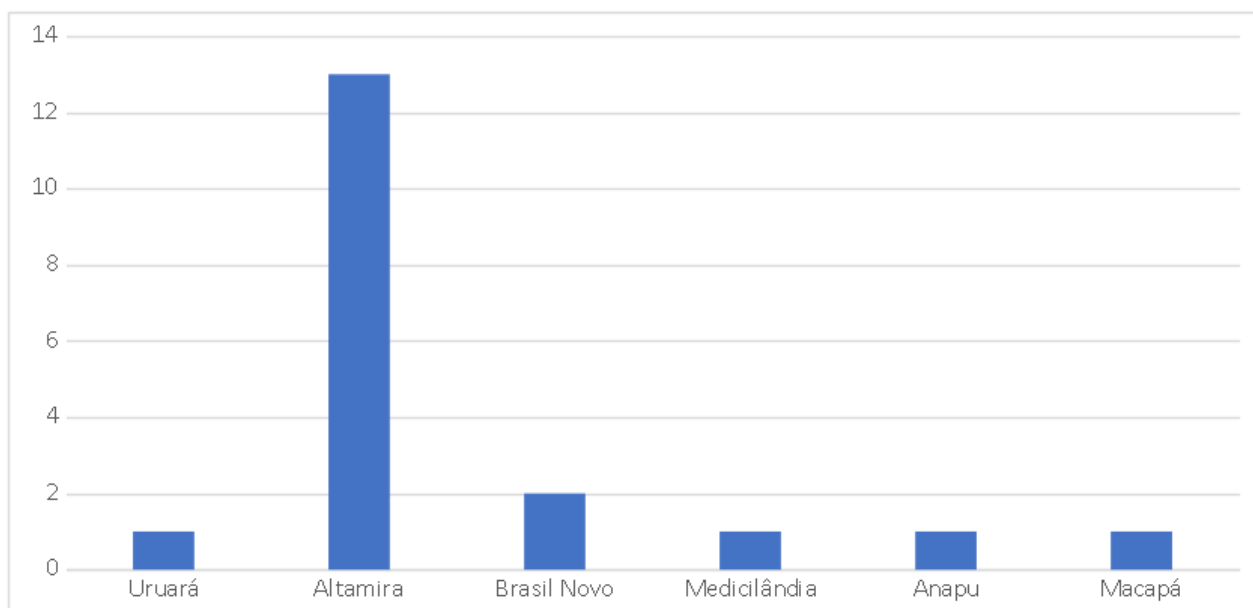
A cidade de Altamira tem sua data oficial de emancipação como município em 1911 e passou por grandes transformações durante a ditadura, a partir de 1970 com a construção da rodovia Transamazônica (MARTINS DE SOUZA, 2014). Desta forma, os impactos sobre a sociedade foram sentidos de modo complexo neste momento, como afirmou Souza (2020), em que a sociedade brasileira comemorava a implementação de uma obra gigantesca da ditadura que prometia ocupar a Amazônia que infelizmente ignorava as populações locais.

A cidade de Altamira, que foi emancipada no contexto da economia da borracha, experimentou modificações e grande crescimento com a construção da rodovia Transamazônica e na atualidade, mais especificamente a partir de 2011 a região enfrenta novamente grandes mudanças territoriais, com o desencadeamento de uma nuance de problemas, sobremaneira de cunho socioambientais devido a implantação da Hidrelétrica Belo Monte, conforme afirma Miranda Neto (2016, p. 91).

“[...]sofrem implicações espaciais decorrentes do avanço das novas demandas do capital durante todo o seu processo formativo “desde a prevalência da economia gomífera na bacia do Rio Xingu passando pela densificação populacional, ocasionada principalmente pela ação direta dos programas de integração nacional impostos pelo regime militar a partir da década de 1970, até à contemporaneidade da implantação da Usina de Belo Monte”.

Essa região passou por grandes transformações socioespaciais, entre os impactos mais significativos, destaca-se a movimentação de milhares de famílias, os quais somam-se as famílias que residiam na área conhecida como região da Lagoa do Independente I, no bairro Jardim Independente I. A ocupação dessa área foi caracterizada por habitações precárias, principalmente palafitas e casas de madeira, erguidas sobre uma região alagada na cidade, por um conjunto diverso de sujeitos que não apenas são munícipes de Altamira, mas também, de outros municípios da Região de Integração do Xingu, bem como, de outras localidades, conforme ilustra a Figura 01 do gráfico abaixo.

Gráfico 01: Cidade de origem das famílias deslocadas da Lagoa.



Fonte: Pesquisa de campo, 2024 – organização do autor

A identificação de naturalidade municipal dessas famílias demonstra que o município de Altamira é polo de atração populacional, e se intensificou com a inserção da hidrelétrica na região, sem estrutura para tal, o que resultou na intensificação de moradias precárias no espaço urbano, tal qual foi o caso da Lagoa, que já era um espaço de habitação irregular e de segregação socioespacial em detrimento da produção do espaço urbano, antes mesmo a hidrelétrica, mas que acaba por receber mais moradias, devido a alto preços dos alugueis, e do próprio inchaço populacional na cidade a partir de 2011, quando então começa a construção da UHE Belo Monte, o que se sustenta na afirmação de Miranda Neto (2021, p.1)

O processo migratório foi elevado, somando mais de 45 mil trabalhadores recrutados em 2011 e 2013, No início não havia alojamentos para todos e a Norte Energia alugou praticamente todos os hotéis e hospedarias da cidade. Grande parte das residências disponíveis para locação foi absorvida pelos trabalhadores ligados ao empreendimento. Os alugueis atingiram níveis absurdos, crescendo cada vez mais.

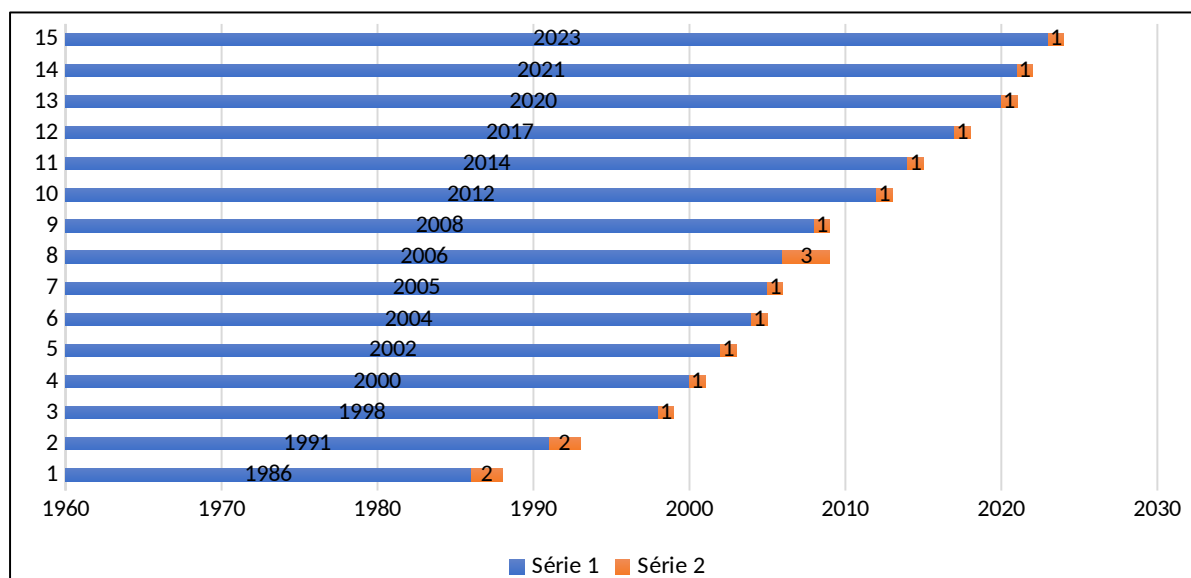
Em tal contexto, a intensificação da ocupação da região se dar nesse contexto de desordem espacial em detrimento da hidrelétrica, tendo como principal decorrência a segregação socioespacial do espaço urbano de Altamira, que desde sua concepção enquanto cidade é possível verificar a negação do direito a cidade Lefebvre (1996), resultando em ocupações, compras e alugueis do solo

urbano em espaços irregulares não apropriados para moradia, configurada socialmente por uma diversidade de sujeitos, que não apenas são munícipes de Altamira, como ilustrou a Figura 1, mas de várias localidades, o que se intensifica a partir da construção da hidrelétrica Oliveira et al (2014) das quais há uma migração para município de pessoas em busca de emprego e melhores condições de vida, porém não previam as dificuldades que encontrariam com moradias, conforme destaca a fala do Entrevistado A, 2023:

Quando cheguei na cidade em busca de trabalho, foi morar na lagoa porque as minhas condições financeiras eram precárias. O preço do aluguel era exageradamente caro, sem condição de manter um, ainda estava em busca de emprego, então foi acolhida numa casinha perto da lagoa. (Informação verbal, 2023)

A fala do entrevistado, sinaliza reverberações territoriais ocasionadas pelo objeto técnico Santos 91996) Belo Monte, que desencadeou em massas a migração de diversos trabalhadores da região e do país, com famílias que mudaram para Altamira e não encontraram estrutura adequadas de moradia, como já mencionado anteriormente e afirmado na colocação de Miranda Neto (2021), o que desencadeou algumas delas a procurar a região da lagoa para conseguir uma moradia, mesmo sendo uma habitação precária que não apresentava condições adequadas de habitabilidade, e isso se intensifica a partir de 2010, como é possível observar na Figura 02 abaixo.

Figura 02. Gráfico de periodicidade de ocupação na Lagoa.



Fonte: Pesquisa de campo, 2024 – organização.

Esse fenômeno da ocupação irregular aconteceu por vários motivos como: falta de emprego, aluguel com alto valor, condições financeiras precárias, acarretando consequências para as pessoas que foram condicionadas a viver nesses lugares, como bem destaca o trecho dessa entrevista verbal, Entrevistado A, um antigo morador da Lagoa:

*Na época que comprei o terreno próximo da lagoa, em 1986, a área era preservada e não alagava as casas, não tinha invasão. Os terrenos eram mais baratos com parcelas que eu podia pagar. Os terrenos com preço acessível e não ficavam dentro da lagoa, era no entorno.
(Informação verbal, realizada em 2023)*

Tal processo de ocupação, dificultou também no processo de cadastramento e indenização pela Norte Energia, que no com o decorrer da retirada dessas famílias algumas ficaram sem ser contempladas e algumas não obtiveram uma indenização justa, conforme destaca o trecho da entrevista verbal, Entrevistado B um antigo morador da Lagoa:

“Me sinto injustiçado pela forma como fizeram o processo de cadastro, tanto o socioeconômico, como o físico patrimonial, pois alegam que não tem o que ser indenizado, mas alugo as kitnets que tem três cômodos, me ajuda na minha renda.” (Informação verbal, realizada em 2023)

No depoimento do morador dessa residência, ele afirma que iria persistir no local até receber o veredito da justiça que seu prazo para permanecer naquele lugar havia terminado e deveria sair

com o auxílio do caminhão de mudança da prefeitura. O morador fala da situação como adquiriu a moradia, e que vai ser removido sem indenização, declarando que:

Comprei essa casa de uma mulher, mas não passou nada para meu nome, porque teve que fugir das facções e assim fiquei aqui esperando ver se ela voltava para me passar a papelada. Neste meio tempo, aconteceu toda essa situação e eu vou sair com a mão na frente e outra atrás, sem nada, vou ter que ir embora, porque a família dela ainda está me perseguindo. (Informação verbal, Entrevistado B, realizada em 2023).

Essas casas que foram construídas próximo ou dentro da lagoa foram diretamente afetadas com o enchimento do reservatório. As moradias, como ilustra a Figura 03, constitui mais um cenário de deslocamento de uma família que ocupou a residência após a retirada da primeira família que vivia na casa e foi indenizada, preiteando uma indenização se apossaram do imóvel, mas que tiveram que sair por ordem judicial.

Figura 03: Residência a espera de indenização na região da Lagoa.



Fonte: Pesquisa de Campo, Pereira, 2023

O morador expõe a motivação continuar morando na casa abandonada, porque não tem outro lugar para morar, e fica à espera da compensação, que poderia ter, mesmo de que ele estivesse na região de forma não legal, o mesmo estava disposto a permanecer na residência. O relato do entrevistado expressa como a situação da falta de moradia, conduziu um cidadão a apropriação de espaço para chamar de meu lar:

Eu sabia que a família que morava aqui já tinha sido indenizada, então aproveitei e mudei para cá, estou sem casa, sai do presidio faz pouco tempo, quem sabe conseguiria alguma forma de indenização da prefeitura ou da Norte Energia. (Informação verbal, Entrevistado C, realizada em 2023).

Como já mencionado a remoção dessas famílias foi dividida em três etapas, sendo que o estudo se concentrou no que se chama de terceiro processo do deslocamento, o qual envolveu os moradores do entorno da lagoa. Essas famílias enfrentaram um longo período de incertezas desde a construção da UHE Belo Monte em 2011, sabendo que era área de possível impacto da hidrelétrica, devido ao barramento do rio Xingu, porém foi apenas em 2022 em que foi firmado o acordo entre a Prefeitura Municipal de Altamira e a Norte Energia, garantindo o deslocamento mediante indenização, como compensação e mitigação de tal processo. Durante esse período de não deslocamento e habitação na região da Lagoa, essas pessoas vivenciaram graves problemas estruturais, como a falta de saneamento básico, inundações frequentes, riscos à saúde pública e insegurança.

A principal justificativa oficial para a remoção foi a impossibilidade técnica de implantação do saneamento básico na área, em função do terreno alagadiço e da contaminação da água. No entanto, os relatos dos moradores indicam que o reconhecimento como atingidos pela hidrelétrica ocorreu tardiamente, apenas após anos de reivindicações junto ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e outras organizações.

Para tal, os dados revelam que as condições de vida dessas famílias, antes mesmo do deslocamento já era precarizada, tendo como principais desafios enfrentados antes da remoção problemas de rebatimento da desigualdade social no espaço urbano, sobremaneira, quando estes espaços são áreas periféricas, desistidas pelo Estado e pelo município, no que diz respeito a:

- Infraestrutura defasada: falta de saneamento básico, ausência de drenagem urbana e inexistência de pavimentação.
- Problemas ambientais: água contaminada, controle de mosquitos e doenças como leptospirose e dengue.
- Falta de segurança: relatos de violência, assaltos e dificuldades no acesso aos serviços públicos.

As famílias que ainda estavam morando no entorno da lagoa e saíram depois do acordo entre a Prefeitura e a Norte Energia, eram 97 imóveis, somando uma quantidade de 370 famílias, que não

tinham condições de permanecer morando nas condições insalubres do entorno da Lagoa pela falta de condições de estabelecer a conexão de saneamento básico nas suas residências. Dessas famílias 20 representantes legal pelo cadastrado feito pelos órgãos responsáveis foram entrevistados para a pesquisa.

Com base nos 97 imóveis cadastrados pela Norte Energia, que representa o terceiro processo de deslocamento da Lagoa, constatou-se que em muitos desses domicílios residiam entre duas a cinco famílias, configurando uma alta densidade populacional. Como a área era de ocupação irregular, muitos moradores não possuíam documentos formais de propriedade, o que dificultava seu reconhecimento como atingido e, conseqüentemente, sua indenização.

Após a mudança, os moradores foram reassentados em diferentes bairros de Altamira, mas a grande maioria comprou residência nos RUC, principalmente: São Joaquim, Laranjeiras e Jatobá. Contudo, os relatos indicam que muitos enfrentaram dificuldades na adaptação, tais como:

- Aumento do custo de vida: o valor da indenização foi considerado insuficiente por diversas famílias, forçando alguns a se estabelecerem em áreas periféricas, com menor acesso à infraestrutura urbana.
- Dificuldades na sobrevivência das redes sociais e de apoio: a posição desestruturou laços comunitários estabelecidos ao longo de anos, levando a uma sensação de isolamento.
- Mudança no perfil econômico: alguns moradores que antes trabalhavam em atividades informais na Lagoa perderam suas fontes de renda, tendo que buscar novas ocupações.

Nesse contexto, as estratégias de resistências e luta pelo reconhecimento enquanto atingido fez parte de todo o processo do deslocamento das famílias da Lagoa do Independente I não ocorreu de forma passiva. Durante anos, os moradores, com o apoio do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), organizaram protestos, audiências públicas e reuniões com representantes da Prefeitura e da Norte Energia para reivindicar seus direitos, tendo como principais reverberações desse processo a partir da:

- Revisão dos valores de indenização: muitas famílias contestaram as avaliações realizadas pela Norte Energia, alegando que os valores pagos não eram compatíveis com a realidade do mercado imobiliário de Altamira.
- Demora no reconhecimento das famílias como atingidas: embora os problemas de saneamento fossem evidentes, a remoção só ocorreu após mais de cinco anos de mobilização comunitária.
- Casos não contemplados pela indenização: alguns moradores, que adquiriram imóveis após a realização do primeiro cadastro, não foram incluídos no processo indenizatório, o que gerou novas disputas jurídicas.

O deslocamento, desencadeou uma nuance de afetações em expectativas frustradas mediante a realidade dada. Os depoimentos encontrados indicam que, embora a remoção tenha proporcionado uma melhoria nas condições de moradia para algumas famílias, persistem desafios significativos, tais como:

- Adaptação ao novo bairro: a maioria dos deslocados precisaram se adaptar a novas rotinas, transporte público e redes de serviços.
- Dificuldade de acesso a oportunidades de trabalho: algumas famílias que antes trabalhavam informalmente na Lagoa enfrentam dificuldades para se inserirem em novas atividades econômicas.
- Mudanças nas relações comunitárias: a dispersão dos moradores para diferentes bairros desestruturou redes de apoio e solidariedade, impactando o bem-estar social.

Os resultados indicam que, apesar do deslocamento ter sido necessário devido às condições precárias da Lagoa, ele não foi acompanhado por uma política robusta de suporte social e econômico, deixando muitas famílias em situação de vulnerabilidade.

Considerações Finais

A remoção das famílias da Lagoa do Independente represento um caso emblemático dos impactos socioambientais provocados por grandes empreendimentos na Amazônia. Embora tenha

tido uma medida necessária do ponto de vista da infraestrutura urbana, o processo de deslocamento foi marcado por demoras, conflitos e deficiências no suporte às famílias reassentadas.

O estudo reforça a importância de políticas públicas mais eficazes para mitigar os impactos da mudança introduzida, incluindo a garantia de reassentamentos com infraestrutura adequada, suporte financeiro compatível com as necessidades das famílias e acompanhamento social para minimizar os impactos na dinâmica comunitária.

Além disso, destaca-se o papel fundamental da mobilização comunitária e de organizações como o MAB na defesa dos direitos das populações alcançadas por grandes empreendimentos.

Este estudo contribui para a reflexão sobre os desafios da urbanização desigual e das políticas de reassentamento na Amazônia, fornecendo subsídios para ações futuras que possam garantir o direito à cidade e à moradia digna para as populações.

Referências

Estronioli, Elisa Mergulhão, Miranda Neto, José Queiroz de. A Hidrelétrica de Belo Monte como fator de segregação socioespacial: uma análise a partir da cidade de Altamira-PA. *Novos Cadernos NAEA* • v. 24 n. 3 • p. 219-238 • set-dez 2021

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MAB (MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS). Ibama reafirma obrigação da Norte Energia cadastrar atingidos por Belo Monte. Disponível em:

<https://mab.org.br/2017/01/25/ibama-reafirma-obriga-da-norte-energia-cadastrar-atingidospor-belo-monte/>.

MARTINS DE SOUZA, César. Ditadura, grandes projetos e colonização no cotidiano da Transamazônica”. *Revista Contemporânea – Dossiê 1964-2014: 50 anos depois, a cultura autoritária em questão*. Niterói, v. 1, n. 5, 2014, p. 1-19.

MIRANDA NETO, José Queiroz de. **Os nexos de re-estruturação da cidade e da rede urbana: o papel da Usina Belo Monte nas transformações espaciais de Altamira-PA e em sua região de influência**. 2016.

Miranda Neto, J, Q. As transformações urbanas em Altamira-PA após uma década de Belo Monte. *Amazonia Latitude, Ciência e Jornalismo pela Floresta*, 2021. Disponível em: <https://www.amazonialatitude.com/2021/09/28/transformacoes-em-altamira-pos-belo-monte/>

NORTE ENERGIA. **Plano Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte**. Altamira: Norte Energia S.A., 2011.

NORTE ENERGIA SA. **Projeto Básico Ambiental da UHE Belo Monte**, set-2011.

SANTOS, Milton. *Da Totalidade do Lugar*. 1.ed. 1. reimpr. São Paulo:Edusp, 2008

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.